

Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.

CNPJ: 23.399.5889/0001-48

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da administração.....	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	7
Demonstrações do resultado abrangente.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Ituverava Solar S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024.

Diretoria executiva	Descrição do cargo
Bruno Riga	Diretor-Presidente
Fabio Destefani Campos	Diretor de Operação e Manutenção
Luciano Alves de Oliveira	Diretor de Construção
Vago	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Vago	Diretor de Compras

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contadora Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.


Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinícius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC R. 092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	30.594	56.136
Títulos e valores mobiliários		3.327	10
Contas a receber de clientes	4	10.206	13.845
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		927	-
Outros tributos compensáveis		21	21
Outros créditos	6	6.920	5.386
Total do ativo circulante		51.995	75.398
<u>Ativo não circulante</u>			
Cauções e Depósitos	5	7.701	6.989
Outros créditos		5	5
Imobilizado	7	542.825	507.951
Intangível	8	7.044	7.322
Total do ativo não circulante		557.575	522.267
Total do ativo		609.570	597.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	9	31.953	25.910
Empréstimos e financiamentos	10	2.887	2.690
Salários, provisões e encargos sociais		40	123
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	525
Outras obrigações fiscais		2.590	1.518
Encargos setoriais		73	22
Ressarcimento mercado regulado	11	28.004	43.528
Dividendos a pagar	14	22.225	5.299
Outras obrigações		1.647	670
Total do passivo circulante		89.419	80.285
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	10	65.601	67.990
Tributos diferidos	18	1	-
Provisão para desmantelamento	12	1.552	810
Provisão para processos judiciais	13	-	1
Total do passivo não circulante		67.154	68.801
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	14	431.566	431.566
Reserva legal		2.448	1.116
Reservas de lucros		13.360	15.897
Reserva de incentivos fiscais		5.623	-
Total do patrimônio líquido		452.997	448.579
Total do passivo e do patrimônio líquido		609.570	597.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Receita líquida	15	71.747	65.790
Custo do serviço	16	(35.549)	(38.201)
Lucro bruto		36.198	27.589
Despesas operacionais	16		
Despesas gerais e administrativas		(5.718)	(2.918)
Outras receitas (despesas) operacionais		1.802	-
Total despesas operacionais		(3.916)	(2.918)
Resultado do serviço		32.282	24.671
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		6.352	9.043
Despesas financeiras		(6.821)	(6.543)
Total do resultado financeiro		(469)	2.500
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		31.813	27.171
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(5.169)	(4.527)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(1)	-
		(5.170)	(4.527)
Lucro líquido do exercício		26.643	22.644
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	14	0,06	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	26.643	22.644
Total de outros resultados abrangentes do exercício	26.643	22.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de incentivos fiscais		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	431.566	-	-	-	(332)	431.234
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.644	22.644
Reserva legal	-	1.116	-	-	(1.116)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(5.299)	(5.299)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	15.897	-	(15.897)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	431.566	1.116	15.897	-	-	448.579
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.643	26.643
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(15.897)	-	-	(15.897)
Reserva legal	-	1.332	-	-	(1.332)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(6.328)	(6.328)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	5.623	(5.623)	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	13.360	-	(13.360)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	431.566	2.448	13.360	5.623	-	452.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do exercício	26.643	22.644
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>		
Depreciação e amortização	19.735	19.263
Atualização financeira - desmantelamento	101	84
Apropriação dos custos de transação	27	27
Encargos de empréstimos provisionados	5.883	5.964
Provisão de imposto de renda e contribuição social	-	4.527
Tributos e contribuições social diferidos	1	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	5.169	-
Incentivo Fiscal Sudene	(5.623)	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	(1)	-
<u>Redução (aumento) dos ativos:</u>		
Contas a receber de clientes	3.639	(4.649)
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	4.408	-
Cauções e depósitos	(712)	(621)
Outros créditos	(1.534)	(2.404)
<u>Aumento (redução) dos passivos:</u>		
Fornecedores	6.043	(170)
Salários, provisões e encargos sociais	(83)	(14)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	(662)
Outras obrigações fiscais	1.072	653
Ressarcimento mercado regulado	(15.524)	2.493
Encargos setoriais	51	1
Outras obrigações	977	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(5.406)	(3.932)
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos	(5.898)	(5.978)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	38.968	37.226
<u>Atividades de investimentos:</u>		
Adições para imobilizado e intangível	(53.690)	(29.015)
Títulos e valores mobiliários	(3.317)	4.523
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(57.007)	(24.492)
<u>Atividades de financiamentos:</u>		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(2.204)	(1.786)
Pagamento de dividendos	(5.299)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(7.503)	(1.786)
Varição no caixa líquido da Companhia	(25.542)	10.948
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	56.136	45.188
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	30.594	56.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A. (“Companhia”) foi constituída em 31 de agosto de 2015, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem solar, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social, inclusive deter participação social no capital social de outras sociedades seja como acionista ou quotista.

A Horizonte MP explora o potencial solar de 77 MW no município de Tabocas do Brejo Velho Salvador, Estado da Bahia, que foi objeto do Leilão nº 08/2015-ANEEL, referente à compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração, com contrato vigente até 22 de março de 2051.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1) e o Pronunciamento Contábil CPC 26 (R1) para divulgação das políticas contábeis que, a partir de 1º de janeiro de 2023, exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais” em vez de “significativas”.

Estas alterações não resultaram em nenhuma mudança relevante, veja nota explicativa 2.4. A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 14 de março de 2024.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2023.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50 – Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Divulgação de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	Reforma tributária internacional - Regras modelo do pilar dois	23 de maio de 2023

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, foram avaliadas e não se espera impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – instrumentos financeiros: evidenciação	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
<u>CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio</u>	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint venture</i>	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

- Nota 4 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota 8 – Intangível;
- Nota 12 – Provisão para desmantelamento;
- Nota 13 – Provisão para processos judiciais;
- Nota 18 – Imposto de renda e contribuição social diferidos, e
- Nota 20 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (nota explicativa nº 20). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e contas correntes bancárias	6.819	172
Aplicações financeiras CDB (Aplicações diretas)	23.775	55.964
Total	30.594	56.136

As aplicações financeiras, representadas principalmente por Certificados de depósitos bancários - CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Os CDBs foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em média, a 100,31% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Vencidos	Total	Total
		mais de 90 dias	31.12.2023	31.12.2022
Concessionárias e permissionárias	-	474	474	-
Mercado de Curto Prazo - MCP	-	325	325	4.779
Suprimento de energia - ACR - Ambiente de contratação regulado	8.304	-	8.304	7.963
Contas a receber - partes relacionadas (nota 19)	-	1.112	1.112	1.112
	8.304	1.911	10.215	13.854
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(9)	(9)	(9)
Total	8.304	1.902	10.206	13.845

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas:

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP, ACR) e, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Não ocorreram movimentações nas provisões ou reversões de PECLD para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

5. Cauções e depósitos

	31.12.2023	31.12.2022
Fundo de liquidez BNB	7.701	6.989
Total	7.701	6.989

O saldo de R\$ 7.701 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 6.989 em 31 de dezembro de 2022), é composto por valores em garantia conforme definido nos contratos de financiamento com o Banco do Nordeste - BNB. O saldo da conta é calculado mensalmente pelo BNB e deverá ser mantido na conta até o vencimento (nota explicativa nº10).

Uma vez que as contas estão atreladas ao empréstimo captado, com data de vencimento em 14 de agosto de 2035, a rubrica de cauções e depósitos encontra-se classificada como não circulante no balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

6. Outros créditos

	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamentos a empregados	19	2
Adiantamentos a fornecedores	807	807
Créditos a receber de terceiros	-	1
Estoque	4.376	2.902
Contas a receber - partes relacionadas	1.179	1.132
Indenização de seguros	544	547
Total	6.925	5.391

7. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

Uso de estimativas

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia (nota explicativa nº 12).

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado nos exercícios de 2023 e 2022:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adição	Depreciação / amortização	Baixa	Desmantelamento	Transferência	31.12.2023
Imobilizado em serviço							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	86.531	-	-	-	641	-	87.172
Instalações Técnicas/Mecânicas - Solar	442.911	-	-	(1.088)	-	70	441.893
Veículos	139	-	-	-	-	127	266
Linhas de transmissão	33.550	-	-	-	-	-	33.550
	563.131	-	-	(1.088)	641	197	562.881
Depreciação acumulada							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(12.109)	-	(2.891)	-	-	-	(15.000)
Instalações Técnicas/Mecânicas - Solar	(67.206)	-	(14.824)	205	-	-	(81.825)
Veículos	(47)	-	(23)	-	-	-	(70)
Linhas de transmissão	(5.071)	-	(1.118)	-	-	-	(6.189)
	(84.433)	-	(18.856)	205	-	-	(103.084)
Imobilizado em curso							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	2.955	13.759	-	-	-	-	16.714
Máquinas e equipamentos	13.466	40.794	-	-	-	(197)	54.063
	16.421	54.553	-	-	-	(197)	70.777
Total do imobilizado	495.119	54.553	(18.856)	(883)	641	-	530.574
Ativo de direito de uso							
Terrenos	12.832	-	(581)	-	-	-	12.251
	12.832	-	(581)	-	-	-	12.251
Total	507.951	54.553	(19.437)	(883)	641	-	542.825

	31.12.2021	Adição	Depreciação / amortização	Desmantelamento	Transferência	31.12.2022
Imobilizado em serviço						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	81.338	-	-	(63)	5.256	86.531
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	431.812	-	-	-	(431.812)	-
Instalações Técnicas/Mecânicas - Solar	-	-	-	-	442.911	442.911
Veículos	139	-	-	-	-	139
Linhas de transmissão	33.550	-	-	-	-	33.550
	546.839	-	-	(63)	16.355	563.131
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(9.377)	-	(2.732)	-	-	(12.109)
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	(52.707)	-	-	-	52.707	-
Instalações Técnicas/Mecânicas - Solar	-	-	(14.499)	-	(52.707)	(67.206)
Veículos	(27)	-	(20)	-	-	(47)
Linhas de transmissão	(3.955)	-	(1.116)	-	-	(5.071)
	(66.066)	-	(18.367)	-	-	(84.433)
Imobilizado em curso						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	7.881	-	-	(4.926)	2.955
Máquinas e equipamentos	3.799	21.096	-	-	(11.429)	13.466
	3.799	28.977	-	-	(16.355)	16.421
Total do imobilizado	484.572	28.977	(18.367)	(63)	-	495.119
Ativo de direito de uso						
Terrenos	13.413	-	(581)	-	-	12.832
	13.413	-	(581)	-	-	12.832
Total	497.985	28.977	(18.948)	(63)	-	507.951

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados são as seguintes:

Administração	%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%
Veículos	20,00%
Instalações Técnicas/Mecânicas - Solar	3,33%
Linhas de transmissão	3,33%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com a vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data base de 31 de dezembro de 2023.

Ativo de direito de uso	Prazo médio remanescente (anos)
Terrenos	22

8. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	31.12.2023			31.12.2022
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Software	13	(9)	4	7
Custo incremental	39	(4)	35	18
Direito de uso da concessão	8.772	(1.767)	7.005	7.297
Total	8.824	(1.780)	7.044	7.322

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Em serviço			Total
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.769	(1.170)	7.599	7.599
Adições	38	-	38	38
Amortização	-	(315)	(315)	(315)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.807	(1.485)	7.322	7.322
Adições	17	-	17	17
Amortização	-	(295)	(295)	(295)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.824	(1.780)	7.044	7.044

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil dos ativos intangíveis, são as seguintes:

Administração	%
Software	20%
Custo incremental	2%
Direito de uso da concessão	3%

9. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	31.12.2023	31.12.2022
Compra de Energia	15	340
Encargo de Uso da Rede	357	324
Encargo de Uso da Rede - partes relacionadas (nota 19)	3	3
Total energia	375	667
Materiais e serviços	2.930	2.214
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota 19)	28.648	23.029
Total materiais e serviços	31.578	25.243
Total	31.953	25.910

10. Empréstimos e financiamentos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023					
	Circulante			Não circulante		Total circulante + não circulante
	Principal	Juros	Total	Principal	Total	
Moeda nacional						
Banco do Nordeste	2.390	497	2.887	65.601	65.601	68.488
	2.390	497	2.887	65.601	65.601	68.488
Total	2.390	497	2.887	65.601	65.601	68.488

	31.12.2022					
	Circulante			Não circulante		Total circulante + não circulante
	Principal	Juros	Total	Principal	Total	
Moeda nacional						
Banco do Nordeste	2.177	513	2.690	67.990	67.990	70.680
	2.177	513	2.690	67.990	67.990	70.680
Total	2.177	513	2.690	67.990	67.990	70.680

A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.285	70.168	72.453
Encargos provisionados	5.964	-	5.964
Encargos pagos	(5.978)	-	(5.978)
Transferências	2.178	(2.178)	-
Amortizações	(1.786)	-	(1.786)
Custo de transação	27	-	27
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.690	67.990	70.680
Encargos provisionados	5.883	-	5.883
Encargos pagos	(5.898)	-	(5.898)
Transferências	2.389	(2.389)	-
Amortizações	(2.204)	-	(2.204)
Custo de transação	27	-	27
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.887	65.601	68.488

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes no período findo em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a.	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia	0
Banco do Nordeste	113.297	07/12/2018	04/08/2035	10,14% a.a.	Mensal	Mensal	113.297	CAPEX	SIM	68.488

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
2.607	2.823	3.009	3.135	54.027	65.601

Garantias

- Fiança bancária; e
- Constituição de fundo de liquidez em conta reserva.

Cláusulas restritivas (covenants)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As linhas de empréstimos contratadas não estão sujeitas a cláusulas de *covenants* financeiros.

11. Ressarcimento mercado regulado

Em 2023, a Companhia possui passivo circulante de R\$ 28.004 (R\$ 43.528, em 2022) referentes ao ressarcimento do mercado regulado. Os ressarcimentos apurados são determinados em função dos Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia Nova (LEN), Leilões de Fontes Alternativas (LFA) e Leilões de Energia Existente (LEE), e dos Contratos de Energia de Reserva (CER) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia de Reserva (LER).

As regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” desses contratos fornecem as informações para cálculo dos recursos energéticos comprometidos com os contratos por disponibilidade. Estas informações são utilizadas para apuração das eventuais infrações relacionadas basicamente às indisponibilidades e aos déficits de geração relacionados às usinas não hidráulicas que atendem os produtos associados a estes contratos.

Os pagamentos e recebimentos, devidos a título de ressarcimento, calculados segundo regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” são utilizados na consolidação dos resultados dos agentes envolvidos na contratação por disponibilidade visando a liquidação financeira destas quantias de forma a atender o disposto nos contratos. A dinâmica de apuração do ressarcimento é anual e quadrienal.

O mecanismo de apuração anual segue as regras de comercialização que estabelecem que a produção de energia não entregue deve ser considerada de acordo com o valor médio anual contratado (“flat”). Este mecanismo visa realizar o acerto financeiro em virtude da diferença positiva entre o montante contratado e o montante gerado no período de apuração correspondente à receita fixa anual paga (ciclo contratual).

12. Provisão para desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa anual de desconto ajustada ao risco de 10,41% (12,42% em 31 de dezembro de 2022), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

Uso de estimativas

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida no resultado do exercício.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Saldo do início do exercício	810	789
Revisão da estimativa	641	(63)
Atualização financeira	101	84
Saldo do final do exercício	1.552	810

13. Provisão para processos judiciais

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia

Decisão STF – Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 30 de dezembro de 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

13.1 Contingência com risco provável

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	31.12.2022	Adição	Pagamentos	31.12.2023
Cíveis	1	122	(123)	-
Total processos judiciais e administrativos	1	122	(123)	-

	31.12.2021	Adição	Pagamentos	31.12.2022
Cíveis	1	14	(14)	1
Total processos judiciais e administrativos	1	14	(14)	1

Cíveis:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia discute, no âmbito cível, principalmente a processos relacionados a reintegração de posse e servidão administrativa, bem como processos cíveis envolvendo ações ajuizadas por/contra ex-fornecedores, ações de ressarcimento em geral, e por fim ações regulatórias.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

13.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas	-	2
Fiscais	5.675	3.258
Total	5.675	3.260

Fiscais:

A Companhia discute administrativamente tema de obrigação acessória de ICMS cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 5.675 (R\$ 3.258 em 31 de dezembro de 2022).

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social é de R\$ 431.566 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	431.530.464	99,99%	431.530.464	99,99%
Alba Energia Ltda.	35.589	0,01%	35.589	0,01%
Total	431.566.053	100,00%	431.566.053	100,00%

14.2 Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social

14.3 Reserva de incentivo fiscal

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia utilizou o benefício de redução do imposto de renda da SUDENE, e constituiu reserva de incentivo fiscal de R\$ 5.623. Não houve constituição de reserva para o exercício de 2022.

14.4 Reserva estatutária

Conforme artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, o lucro remanescente (após destinações a reserva de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinada a formação de reserva para reforço de capital de giro, observado o disposto no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. Tal reserva trata-se de reserva estatutária com as seguintes características: (i) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da Companhia; (ii) será destinado à Reserva para Reforço de Capital de Giro o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após a constituição de reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% e constituição de reservas de lucros previstas no estatuto da Companhia e proposta pela Administração; (iii) a Reserva para Reforço de Capital de Giro deverá observar o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) a reserva poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas. A Assembleia Geral Extraordinária de 03 de julho de 2023 da Companhia deliberou e aprovou a distribuição de dividendos adicionais do saldo constante na reserva para reforço de capital de giro, no montante de R\$ 15.897, pagos de forma integral dentro do exercício de 2023.

14.5 Dividendos

A movimentação dos dividendos no exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 se encontra detalhada abaixo:

	31.12.2022	Efeito não caixa Dividendos adicionais propostos	Efeito não caixa Dividendos mínimos	Efeito caixa Dividendos pagos	31.12.2023
Dividendos a pagar	5.299	15.897	6.328	(5.299)	22.225

	31.12.2021	Efeito não caixa Dividendos mínimos	31.12.2022
Dividendos a pagar	-	5.299	5.299

14.6 Distribuição de resultado

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	26.643	22.644
Absorção para prejuízos acumulados	-	(332)
(-) Reserva legal	(1.332)	(1.116)
Lucro ajustado	25.311	21.196
Dividendos mínimos obrigatórios	(6.328)	(5.299)
Reserva de incentivo fiscal	(5.623)	-
Reserva para reforço de capital de giro	(13.360)	(15.897)
	-	-

Em 3 de julho de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo: constituição de reserva legal no montante de R\$ 1.116, distribuição aos acionistas o montante de R\$ 5.299 na forma de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 15.897 como alocação para reserva para reforço de capital de giro. Em ato contínuo, imediata distribuição do montante alocado em reserva de reforço de capital de giro de R\$ 15.897, a título de dividendos adicionais.

14.7 Resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado dividindo-se o lucro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas durante o exercício.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	26.643	22.644
Número de ações	431.566.053	431.566.053
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	0,06	0,05

15. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

	31.12.2023	31.12.2022
Suprimento de energia elétrica	79.761	68.724
	79.761	68.724
<u>Deduções da receita</u>		
Cofins	(6.343)	(2.164)
Pis	(1.377)	(469)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(294)	(301)
	(8.014)	(2.934)
Total	71.747	65.790

16. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2023			2022			
	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(331)	-	-	(331)	(645)	1	(644)
(-) Capitalização dos custos de pessoal	392	-	-	392	438	-	438
Provisão de processos judiciais e outros	-	(122)	-	(122)	-	(14)	(14)
Material	(231)	(89)	-	(320)	(303)	(123)	(426)
(-) Capitalização dos custos de material	83	-	-	83	60	-	60
Serviços de terceiros	(5.383)	(151)	-	(5.534)	(5.404)	(23)	(5.427)
Serviços de terceiros partes relacionadas (nota 19)	-	(2.912)	-	(2.912)	-	(2.536)	(2.536)
Energia elétrica comprada para revenda	(6.412)	-	-	(6.412)	(8.662)	-	(8.662)
Encargos de uso de rede elétrica	(3.909)	-	-	(3.909)	(3.530)	-	(3.530)
Depreciação e amortização	(19.732)	(3)	-	(19.735)	(19.243)	(3)	(19.246)
Aluguéis e arrendamentos	-	-	-	-	(47)	-	(47)
Transporte de potência de energia	(12)	-	-	(12)	(31)	-	(31)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas (nota 19)	(10)	-	-	(10)	(38)	-	(38)
Baixa de imobilizado	-	(882)	-	(882)	-	-	-
Seguros	(633)	-	-	(633)	(796)	-	(796)
Outras receitas (despesas)	629	(1.559)	1.802	872	-	(220)	(220)
Total	(35.549)	(5.718)	1.802	(39.465)	(38.201)	(2.918)	(41.119)

17. Resultado financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	5.535	6.664
Varição cambial realizada	-	177
Outras variações cambiais	1.071	2.202
Outras receitas financeiras	3	-
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(257)	-
	6.352	9.043
Despesas financeiras		
Varição cambial realizada	-	(63)
Custo de transação	(27)	(27)
Encargos de dívidas	(5.882)	(5.965)
Atualização de impostos e multas	(91)	(53)
Garantias e fianças	(663)	(283)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(48)	(60)
Atualização financeira desmantelamento	(101)	(84)
Outras variações cambiais	(1)	-
Outras despesas financeiras	(8)	(8)
	(6.821)	(6.543)
Total	(469)	2.500

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

18.1 Imposto corrente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:		
Na rubrica de tributos:		
Correntes	(2.306)	(2.863)
Diferidos	(1)	-
	(2.307)	(2.863)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:		
Resultado antes dos tributos	31.813	31.813
Adições:		
Provisões	729	729
Variação cambial não realizada	(841)	(841)
Outras despesas indedutíveis	109	109
	(3)	(3)
Base de cálculo	31.810	31.810
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(7.929)	(2.863)
Benefício fiscal Sudene - Redução do IRPJ	5.623	-
Total	(2.306)	(2.863)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotou o lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

	31.12.2022
Receita de suprimento de energia elétrica	72.129
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	5.770
Rendimento de aplicações financeiras	6.664
Variação cambial realizada	177
Total base de cálculo	12.611
Alíquota do imposto de renda (15%)	(1.892)
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	(1.240)
Total do imposto de renda	(3.132)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	8.655
Rendimento de aplicações financeiras	6.664
Variação cambial realizada	177
Outras receitas financeiras	-
Total base de calculo	15.496
Alíquota da contribuição social (9%)	(1.395)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(4.527)

Incentivo fiscal

A Companhia tem reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração para a atividade de geração de energia, cujo empreendimento está instalado em área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. O laudo constitutivo foi aprovado em 2019 com o período de fruição - 10 anos - de janeiro de 2019 a dezembro de 2028. Haja vista a opção pelo regime de lucro presumido entre os anos de 2019 e 2021 e, em conformidade com o despacho decisório da RFB, foi deferido o prazo de 01/01/2022 a 31/12/2028 de fruição do referido benefício fiscal. Para o período findo em 31/12/2022 o benefício apurado foi de R\$ 2.405. O valor do imposto de renda que deixar de ser pago em virtude de sua redução pelo benefício fiscal não poderá ser distribuído aos acionistas sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, da Lei nº 12.973/14.

18.2 Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balancos patrimoniais	Resultado
	31.12.2023	2023
Tributos diferidos ativos:		
Outras provisões	285	285
	285	285
Tributos diferidos passivos:		
Variação cambial não realizada	(286)	(286)
	(286)	(286)
Total	(1)	(1)

19. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro 2023 e 2022, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

19.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da transação	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compartilhamento das despesas comuns	Janeiro de 2022 a dezembro 2026	(6.456)	(2.187)	(2.912)	(2.536)
Dividendos		(22.225)	(5.299)		
Total		(28.681)	(7.486)	(2.912)	(2.536)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

19.2 Empresas em controle em comum

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compartilhamento das despesas comuns		(914)	(518)	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 3 S.A.		72	72	-	-
Enel Green Power Tacaico Eolica S.A.		(830)	(662)	-	-
Enel Green Power Delfina A S.A.		(114)	(114)	-	-
Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.		18	18	-	-
Isamu Ikeda Energia S.A.		(18)	(18)	-	-
Usina Eólica Pedra Pintada A Ltda.		9	-	-	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 11 Ltda.		63	-	-	-
Alba Energia Ltda.		(1)	-	-	-
Enel Green Power Brasil Participações Ltda.3		(5)	-	-	-
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		249	249	-	-
Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.		4	-	-	-
Enel Green Power Salto Apiacas S.A.		(916)	(555)	-	-
Enel Green Power Zeus II S.A.		81	81	-	-
Enel Green Power Santa Angela I S.A.	Janeiro de 2022 a dezembro 2026	(60)	-	-	-
Enel Green Power Santa Angela II S.A.		302	302	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 8 S.A.		25	25	-	-
Enel Green Power Paranapanema S.A.		97	97	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque I S.A.		262	262	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 14 S.A.		22	22	-	-
Enel Green Power Ventos de Santa Angela 13 S.A.		109	109	-	-
Enel Green Power Santa Esperança 8 S.A.		125	125	-	-
Enel Green Power Fontes dos Ventos II S.A.		86	86	-	-
Enel Green Power Cumaru 1 S.A.		79	79	-	-
Enel Green Power Ituverava Solar S.A.		(1.031)	(905)	-	-
Enel Green Power Aroeira 01 S.A.		201	67	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 3 S.A.		257	142	-	-
Suporte Operacional		(20.634)	(18.751)	-	-
Enel Green Power Spa	Janeiro de 2016 até o término dos serviços	(20.634)	(18.751)	-	-
Transmissão de energia (*)		(3)	(3)	(10)	(38)
Enel Cien S.A.	Até março de 2023	(3)	(3)	(10)	(38)
Total		(21.551)	(19.272)	(10)	(38)

(*) Em dezembro de 2022, a concessão da interconexão Brasil-Argentina (Garabi I e Garabi II) foi licitada no leilão 002/2022 no lote 5 e a Cien S.A. optou por não participar da licitação. O vencedor da licitação e novo operador da concessão foi a Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA, que assumiu a concessão a partir de 31 de março de 2023. Até essa data, as transações da Companhia com a Enel CIEN, foram consideradas como transações entre partes relacionadas.

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruitoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de (i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; (ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; (iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; (iv) participação na execução do projeto; (v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2023 e 2022.

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

Categoria	Nível	31.12.2023		31.12.2022		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	30.594	30.594	56.136	56.136
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	3.327	3.327	10	10
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	10.206	10.206	13.845	13.845
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	7.701	7.701	6.989	6.989
			51.828	51.828	76.980	76.980
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	31.953	31.953	25.910	25.910
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	68.488	68.798	70.680	71.018
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	22.225	22.225	5.299	5.299
			122.666	122.976	101.889	102.227
Total			174.494	174.804	178.869	179.207

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



20.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

20.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações na taxa de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Pré R\$	6.671	6.671	-	6.671	-
Total	6.671	6.671	-	6.671	-

20.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Contas a receber

A administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

20.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da *Holding* do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International (EFI)*, poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	-	31.953	-	-	-	31.953
Empréstimos e financiamentos - pré fixados	678	1.320	6.025	31.781	73.628	113.432
Total	678	33.273	6.025	31.781	73.628	145.385

20.5 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

20.6 Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	68.488	70.680
Dívida	68.488	70.680
Caixa e equivalentes de caixa	(30.594)	(56.136)
Títulos e valores mobiliários	(3.327)	(10)
Dívida líquida	34.567	14.534
Patrimônio líquido	452.997	448.579
Índice de endividamento líquido	7%	3%

21. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/23	31/10/24	466.864	5.330.451
Responsabilidade civil geral	31/10/23	31/10/24	n/a	1.260.750
Responsabilidade civil de administradores	10/11/23	10/11/24	n/a	77.618
Riscos ambientais	31/10/23	31/10/24	n/a	106.609

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.